

JACQUES DE RETTE E A REPÚBLICA DOS ESPORTES: UMA EXPERIMENTAÇÃO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO FÍSICA (1964-1973)¹

Jean-François Loudcher

Universidade de Bordeaux/França

jean-francois.loudcher@u-bordeaux.fr

Christian Vivier

Universidade Franche-Comté/França

christian.vivier@univ-fcomte.fr

Envio original: 05-09-2022. Aceitar: 29-10-2022. Publicado: 09-10-2022.

Resumo

A República dos Esportes de Calais, lançada por Jacques de Rette em 1964, foi uma experiência pedagógica original no contexto da Educação Física francesa. Ela consistia numa aprendizagem escolar de cidadania a partir de uma participação ativa dos alunos numa República que tinha o esporte como suporte. Um verdadeiro reflexo das estruturas políticas gaullistas, esta experiência propagada em mais de 80 estabelecimentos durou quase dez anos. Se beneficiando de um certo sucesso, deveu-se muito à personalidade do seu criador, bem como às condições históricas da época. O “esporte” então reuniu todos os atores, independentemente de suas opções políticas. Porém, na virada das décadas de 1960 e 1970, a sociedade francesa mudou. A bipolarização política se acentuou, as condições sociais e culturais evoluíram e desafiaram a condição moderna do esporte competitivo, bem como seu uso republicano. Uma das consequências foi a ênfase do Educação Física no “conteúdo”. Mas, centrada na governança da década anterior, a experiência não conseguiu integrar esta nova abordagem baseada em diferentes bases políticas, culturais, sociais e profissionais. J. de Rette logo se viu isolado dentro da Federação que supervisionava essa República dos Esportes. Rapidamente, no início dos anos 1970, o movimento declinou. Em última instância, essa experiência questiona sobre a trajetória percorrida pela Educação Física naquele momento, não só por tentar entender os motivos que favoreceram o sucesso da didática, mas também por atentar para a organização da tomada de decisão e seus desdobramentos educacionais. Em um momento em que as questões de cidadania e democracia eram centrais para a disciplina, tal passo parecia algo primordial de ser realizado.

Palavras-chave: Educação Física, República dos Esportes Rette, Cidadania, Governança., Jacques de Rette.

Jacques de Rette y la República del Deporte: una experimentación de ciudadanía en Educación Física (1964-1973)

Resumen

La República Deportiva de Calais, lanzada por Jacques de Rette en 1964, fue una experiencia pedagógica original en el contexto de la Educación Física francesa. Consistió en un aprendizaje de ciudadanía escolar basado en la participación activa de los estudiantes en una República que tuvo como

¹ Texto originalmente publicado em francês na revista *STAPS*. A tradução para o português, autorizada pelos autores, foi realizada pelo Prof. Dr. Marcelo Moraes e Silva (UFPR/Brasil), com revisão da Prof^a. Dr^a. Daniele Cristina Carqueijeiro de Medeiros (UDELAR/Uruguai) e da Prof^a. Dr^a. Evelise Amgarten Quitzau (UFV/Brasil).

soporte el deporte. Fiel reflejo de las estructuras políticas gaullistas, esta experiencia, propagada en más de 80 establecimientos, duró casi diez años. Gozando de cierto éxito, debió mucho a la personalidad de su creador, así como a las condiciones históricas de la época. El “deporte” reunió así a todos los actores, independientemente de sus opciones políticas. Pero a finales de los años 60 y 70, la sociedad francesa cambió. La bipolarización política se acentuó, las condiciones sociales y culturales evolucionaron y desafiaron la condición moderna del deporte competitivo, así como su uso republicano. Una de las consecuencias fue el énfasis de la Educación Física en el “contenido”. Pero, centrada en la gobernanza de la década anterior, la experiencia no logró integrar este nuevo enfoque basado en diferentes bases políticas, culturales, sociales y profesionales. J. de Rette pronto se encontró aislado dentro de la Federación que supervisaba esta República de Deportes. Rápidamente, a principios de la década de 1970, el movimiento declinó. En definitiva, esta experiencia cuestiona el camino recorrido por la Educación Física en ese momento, no solo por tratar de comprender las razones que favorecieron el éxito de la didáctica, sino también por prestar atención a la organización de la toma de decisiones y sus consecuencias educativas. En un momento en que los temas de ciudadanía y democracia eran centrales para la disciplina, ese paso parecía ser esencial.

Palabras clave: Educación Física, República del Deporte, Ciudadanía, Gobernanza., Jacques de Rette.

Jacques de Rette and the Sports Republics: an experimentation of citizenship in PSE (1964-1973)

Abstract

The République des sports (Sports Republic of Calais), founded by Jacques de Rette in 1964, is a very original pedagogical experiment in the French landscape of Physical Education. The idea is teaching the concept of “citizenship” at school by making the children participate actively in a republic that Sport for a bridge stone. Reflecting the political structure of “de Gaulle’s” Republic, this experiment spread out in more than 80 High schools lasted about 10 years. Its success comes mainly from the personality of its inventor, and also from the historical background. Sports, then, had various meanings and satisfied a wide range of people whatever their political backgrounds. But, at the turn of the 60’s and the 70’s, the French society is changing. Politics became more bipolar, the social and cultural conditions are evolving and are questioning the modern state of the sportive competition and its republican/citizen use. As a result, PE had been centered on the “contents” for more than twenty years whereas the Sport’s Republic was focusing on the policies of the last decade and couldn’t integrate this new approach based on different political, cultural, social and unionist considerations. Jacques de Rette soon became isolated inside the federation running the Republic. At the beginning of 70’s this new trend declined rapidly. Finally, this experiment makes us wonder on the way followed by the PE in the 70’s, not only in trying to understand the reasons that favored the success of didactic disciplines’, but also in highlighting the process of taking decision and its educative consequences. At a time where citizenship and democracy are major issues, such an analysis seems important to be done.

Keywords: Physical Education, République des sports, Jacques de Rette, citizenship, policy.

Introdução

Num momento em que a cidadania e a democracia eram regularmente mencionadas na escola, e em particular no espaço da Educação Física (Loudcher, 2002), pode valer a pena lembrar que esses valores não eram novos: no passado, já se tinha o direito de cidadania no seio dessa disciplina, senão na história da educação nacional, conforme aponta Arnaud (2000). Assim, a experiência da República do

Esporte de Calais, muito famosa na memória dos professores de Educação Física², foi uma das primeiras iniciativas deste tipo que apelaram especificamente a estas noções. Seu autor, Jacques de Rette³, propôs, em 1964, envolver o aluno em sua própria formação esportiva, adotando um arcabouço republicano que ia além da Educação Física para se engajar nos campos escolar e extraescolar.

O entusiasmo foi geral, tanto por parte de professores de Educação Física como dos alunos. Logo, de acordo com Jacques de Rette, dezenas, senão centenas de escolas na França foram afetadas pela onda esportiva republicana. Mas, tão rapidamente quanto começou, o movimento caiu no anonimato. Já em 1971-1972, como escreve Andrieu (1990, p.107), “(...) a ação teve que desaparecer repentinamente, sem que fosse possível entender o porquê”. Certamente, pode-se lamentar a falta de estudos aprofundados dessas tentativas antes mesmo da instauração de um sistema semelhante na escola atual. Assim, poucos autores se interessaram pelo experimento da República dos Esportes (Landry, 1988; Travailot, 2004). No entanto, foi possível exportar integralmente a forma de cidadania implantada na República dos Esportes, ainda que a experiência tenha durado apenas dez anos? A noção de república deve, portanto, ser questionada. Além disso, as experiências recentes muito semelhantes realizadas pelo mesmo autor, como as *Républiques de Quartiers* na década de 1990 ou as da *Santé* (Saúde) nos anos 2000, sem ter o mesmo impacto que a República dos Esportes, acabaram por nos levar a questionar sobre a própria viabilidade da noção de república em Educação Física. Em última instância, o fim dessa experiência se deveu ao seu idealizador, que não poderia ter adaptado essa noção, ou ao fato de que a Educação Física teria seguido outros destinos?

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo questionar as condições para o sucesso e o fracasso da República dos Esportes, com o intuito de analisar o desenvolvimento da Educação Física na virada da década de 1970. Na tentativa de compreender por que e como a escolha de uma governança particular, simbolizada pela organização no formato de uma república na experiência de Jacques Rette, não foi imposta, o estudo possui a ambição de interrogar algumas das dificuldades atuais que esta disciplina de ensino tem para se organizar em torno de noções de cidadania e democracia. Em outras palavras, poderia a escolha de uma Educação Física articulada em torno de problemas de poder e não nos de conteúdo ter sido operada na década de 1960? Contudo, de que forma a própria natureza da governança da República dos Esportes participou da limitação dessa evolução? O modo particular de funcionamento da República dos Esportes corresponderia a um período muito preciso da história da Educação Física, tão inovador quanto fixado, marcando assim o sucesso dessa experiência fundada na

² Nenhum livro de preparação do *Certificat d'aptitude au professorat d'éducation physique et sportive* (CAPEPS), (em português: Certificado de aptidão para o ensino de educação física e esportes), deixa de mencionar essa experiência.

³ A recente morte de Jacques de Rette depois de escrever este artigo nos entristece. O seu encontro foi para nós um momento importante na nossa investigação sobre a Educação Física, quer no que diz respeito aos conhecimentos que esta disciplina nos permitiu adquirir, quer na natureza das relações estabelecidas. Doente, ele concordou em vir a Besançon em dezembro de 2003 para uma de suas últimas aparições públicas na frente dos estudantes.

harmonia entre a maneira de conceber o ensino de uma disciplina escolar e a vida em sociedade, como seu declínio em relação à sua incapacidade de sair dessa camisa de força e evoluir.

O nascimento da República dos Esportes (1964-1966)

Se a ideia de transformar a escola em república não era nova (ela foi mencionada no plano Langevin-Wallon de 1945-1947), sua realização no âmbito da Educação Física é, de fato, uma invenção de Jacques de Rette. Em novembro de 1964, por ocasião das “Olimpíadas de Calais” organizadas no liceu masculino, um jornalista que veio relatar esse evento sussurrou-lhe a ideia do termo república enquanto admirava, um pouco espantado, os desdobramentos de competições autogeridas pelos alunos (De Rette, 2003). Mas se o nome vem de um encontro fortuito, o próprio conceito resulta de uma longa trajetória profissional e pessoal de seu promotor, que teria que ser mais bem detalhado para bem compreender a sua lenta emergência. Pode-se, no entanto e rapidamente, discernir várias influências.

A ideia de autoaprendizagem, central para essa experiência, deriva da reticência do autor a qualquer forma de autoridade. No entanto, provavelmente não teria se desenvolvido sem a influência de Mérand. Professor na Escola Normal Superior de Educação Física e Esporte (*École Normale Supérieure d'Éducation Physique et Sportive* - ENSEPS) no pós-guerra, ele incutiu em Jacques Rette a noção de trabalho em equipe. Mais especificamente, o líder do movimento da Federação Esportiva e Ginástica do Trabalho (*Fédération Sportive et Gymnique du Travail* – FSGT) em Educação Física influenciou fortemente a pedagogia que o promotor da República dos Esportes desenvolveu ao longo de sua carreira. Em particular, uma análise precisa do campo é essencial para utilizar argumentos destinados a convencer e não a impor. Mas é preciso somar a essa influência decisiva no amadurecimento da experiência da República dos Esportes, um conjunto de encontros e experiências pessoais determinantes. Assim, a vontade de iniciar projetos eficazes e em grande escala provém da experiência canadense de Jacques de Rette. Nomeado conselheiro técnico do reitor de Montreal de 1962 a 1964, ele descobriu um sistema liberal implacável e materialista que admirava e rejeitava. Ele então incorporou a sua abordagem um aspecto “cultural”, que ele emprestou do sistema socialista após uma viagem de várias semanas à Polônia (De Rette, 1959). Finalmente, a visita à Exposição Universal de Bruxelas de 1958 contribuiu, como o próprio autor admitiu, para desenvolver a necessidade de ter em conta as tecnologias modernas (utilização de audiovisual e de informática) que iria implementar especialmente nas *Républiques de Quartiers et de la Santé*.

Este percurso se concretizou, no início do ano letivo de 1964, com a constituição de uma República dos Esportes. Experiência educativa que consistia em responsabilizar as crianças em diferentes níveis de prática esportiva, desde o treinamento para competição, passando pela arbitragem,

gestão de equipes etc. Embora a ideia de envolver os alunos em um movimento democrático seja uma novidade ou mesmo “revolucionária” no âmbito da Educação Física, o uso do esporte em substituição à “ginástica do avô” (1962) estava muito em sintonia com o espírito dos novos tempos. Na verdade, o esporte competitivo acabava de ser consagrado por ocasião da circular de 1962 encomendada por Herzog, alto comissário para a juventude e esportes. Estas aspirações recentes conduziram à proposta de um novo ensino que se assentava, na base, na divisão de cada classe em dois clubes (geralmente A e B), eles próprios divididos em duas equipes de níveis diferentes. Cada equipe de um clube encontrava o seu homólogo de outro clube em jogos entre classes ou entre estabelecimentos que aconteciam as quintas-feiras à tarde.

No entanto, é difícil dizer quem foi o criador desta organização. A ideia de fazer os alunos lutarem em grupos de forças mais ou menos equivalentes foi generalizada na época. Já em 1963, uma primeira experiência baseada no uso do esporte competitivo havia ocorrido no liceu de *Corbeil-Essonnes* sob o olhar atento de Mérand (1965). Um pouco mais tarde, a mesma organização foi oferecida num curso realizado pela Amigos da ENSEPS, que aconteceu de 16 a 25 de setembro de 1965 e que se seguiu ao congresso de Vichy organizado pelo ministério francês (*Revue EPS*, 78, 1966). Por fim, esta ideia também estava em ação na colônia do “*gai soleil* (sol alegre)” do curso Maurice Baquet de Sète organizado por Mérand, que continuava a crescer em importância, tanto em termos de número de participantes acolhidos (10 em 1964, 57 em 1966, 188 em 1969, 437 em 1970, chegando a atender 787 estagiários em 1987) como pelo número de especialidades oferecidas (4 em 1964, 8 em 1966, 10 em 1968 e 11 a partir de 1970 (Borrel, 1999, p.143). Para o promotor da República dos Esportes, as discussões com o líder do CPS-FSGT eram tão frequentes que uma influenciava a outra (De Rette, 2003), sendo difícil identificar a origem das ideias. Tanto que Jacques de Rette reconhece Mérand, conforme indica um jornalista, como o “o avô” da República dos Esportes (*La Marseillaise*, 1967), porém sua originalidade na organização republicana da Educação Física na escola foi inegável.

Nesta experiência, a marca da Quinta República gaullista é evidente: cada classe elegia um presidente, dois capitães, um secretário, um tesoureiro (Mercier, 1999) que supostamente mudavam a cada trimestre. Mais ainda, o referendo, utilizado por Charles de Gaulle (Argélia em 1962, regionalização e Senado em 1969) alimentou a organização destes primeiros interclasses. Assim, de 2.000 alunos, representando 50 turmas, onde 1081 votos foram manifestados no qual 965 escolheram o atletismo. Além disso, 1.072 votos reconheceram a validade dos representantes do clube e 1.081 votos permitiram que o princípio da decisão da maioria fosse aceito (*La Voix du Nord*, 1964). É certo que a experiência de Calais, iniciada em 1964, merece ser relativizada na medida em que os alunos desta escola representavam apenas 0,1% da população escolar do ensino secundário matriculados numa

instituição pública⁴. De qualquer forma, o sistema gaullista de governança estava em vigor. A maioria decidiu e deu ao Executivo um poder real: o representante devia dar o exemplo e fazer o país avançar apesar dos obstáculos. As vozes minoritárias, bem como a abstenção dos “cidadãos”, não foram consideradas. Os votos deveriam representar todo o corpo eleitoral porque apenas os cidadãos que se interessassem pela vida do país e se pronunciassem sobre as decisões tomadas pelo líder teriam uma opinião digna de interesse.

A transmissão da mídia foi imediata. Este primeiro ensaio da “Olimpíada Calaisiana” foi, para o comentarista de *La Voix du Nord*, “um golpe de mestre” (*La Voix du Nord*, 27 novembre 1964). O jornal *France-Soir* (1964) evocou esta experiência que, é certo, deveriam conduzir a uma fonte de futuras medalhas na linha dos Jogos Olímpicos de Tóquio que tinham acabado de terminar e onde os franceses tiveram resultados melhores do que em Roma⁵. Com isso em mente, a publicação mensal *À tous vents* (1964), intitulou seu artigo, “Um retorno às medalhas em Tóquio, um sucesso para o México”. O caráter educativo e profundamente original da estrutura em vigor não parecia ser notado por esses meios de comunicação, que viam apenas um sistema seletivo favorável ao surgimento de uma elite esportiva. Na verdade, se a competição era o meio preferido, a organização diferia significativamente de uma reunião tradicional. Assim, em Calais, 141 clubes esportivos foram criados com base no equilíbrio de poder substancialmente igual estabelecido após o teste (*La Voix du Nord*, 1964). Cada um era formado por duas equipes de seis a oito pessoas. Esses clubes elegeram: “282 capitães de equipe e suplentes que, por sua vez, elegeram um comitê geral de 92 meninos. E esta comissão geral elegeu uma comissão superior de seis alunos que julgará em particular quaisquer disputas e cujo julgamento será final” (*France-Soir*, 01/11/1964).

O comitê formou um governo junto com os seis professores de Educação Física do liceu (Gall, Brunet, Lachèvre, Rocques, Ternack): seu primeiro-ministro, Jacques de Rette, tinha o voto preponderante em caso de litígio. A organização era muito refinada, conforme especificou o promotor da República dos Esportes: “Primeiro haverá um período de treinamento: os alunos sob a direção de seu capitão aquecem, se preparam e, em seguida, sob a direção de seu professor que desempenha o papel de treinador, conselheiro, se espalham por equipe no campo e treinam” (*La Voix du Nord*, 21/11/1964).

Os resultados eram registrados em fichas pelo capitão, permitindo o acompanhamento do andamento do processo por meio da utilização de dossiês técnicos que Jacques de Rette já divulgava desde a década de 1950 e popularizou através da revista EPS em 1960. Por fim, ponto importante sobre

⁴ 2.346.000 alunos estavam matriculados no segundo nível do setor público conforme indicado por “As tabelas de ensino e formação do Ministério da Educação Nacional”, retomada por J.-P. Briand, J.-M. Chapoulie et coll. (1987), *L’enseignement primaire et ses extensions, 19e-20e siècles*. Annuaire statistique, Paris, INEP.

⁵ 15 medalhas nos Jogos Olímpicos de verão e 7 nas de inverno, contra 5 nos Jogos de Roma.

o qual insistiu o autor, a entrega de recompensas foi objeto de um cerimonial, associando, na medida do possível, personalidades e outros notáveis.

Mas a natureza técnica desta organização é restritiva. As competições não podiam funcionar sem uma formação prévia dos quadros, conforme relatou explicitamente a imprensa: “Havia, portanto, exatamente 106 candidatos. Eles tiveram quatro conferências de formação e tantas outras sessões de trabalho prático. Eles estudaram os regulamentos escritos que lhes foram comunicados. Eles foram submetidos a 60 testes práticos (...) São criados cursos especializados: nós formamos cronometristas, juízes e até secretários (La Voix du Nord, 21/11/1964).

Porque, na verdade, o regulamento dos “Jogos Olímpicos de Calais” era complexo. As reuniões ocorriam em três eventos esportivos escolhidos pelos alunos:

Em cada especialidade, é somado o desempenho de todos os integrantes da equipe, dividido pelo número obtido pela quantidade de equipes participantes do evento. Isso nos dá a média da equipe. Em cada especialidade é estabelecida uma classificação de pontos que varia de acordo com o número de equipes presentes (número de pontos decrescente em função do resultado). Os pontos obtidos por cada equipe nas três especialidades são somados. O clube que obtiver o maior total é declarado vencedor. Ele terá a honra de representar sua classe em jogos interclubes (La Voix du Nord, 26/11/1964).

Talvez fosse aqui que tal sistema rompesse com a competição tradicional. De fato, as partidas são realizadas por grupo e não por eliminação direta como nos campeonatos franceses federados. Mais, acima de tudo, a vitória de um clube dependia do número de pontos conquistados por ambas as equipes. A luta assumia então uma dimensão coletiva, pois para ganhar era preciso que ambas as equipes obtivessem um certo número de pontos. Cabia aos alunos da equipe mais forte ajudar os mais fracos para fazê-los progredir.

Para Jacques de Rette o movimento não era o único objeto da Educação Física e sua ambição não se limitava somente em promover essas novas práticas. Para desenvolver a formação de árbitros e juízes, foi criado em maio de 1965, o Centro de Estudo e Documentação Educacional relativo à pesquisa em matéria de educação física e esporte. Por ocasião de uma oferta do ministério, o dossiê que ele apresentou foi escolhido entre os quarenta da Academia de Lille, sendo até mesmo apoiado pelo *Centre National de la Recherche Scientifique*/Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS)⁶. Este estabelecimento, também denominado por Kirsch, Diretor de Gabinete do *Centre National de Pédagogie Sportive*/Centro Nacional de Pedagogia Esportiva, de *Centre Albert Debeyre*, em homenagem ao pai do reitor de Lille, criador do *Institut Régional d'Éducation Physique*/Instituto Regional de Educação Física (IREP) desta mesma cidade, mudou-se para instalações alugadas na prefeitura (com um contrato de

⁶ Segundo Jacques de Rette esse centro funcionou por sua própria iniciativa desde 1955, sendo colocado numa sala de aula do colégio técnico.

arrendamento de três anos). Jacques de Rette fez dela um suporte fundamental para sua ação educativa baseada na pesquisa educacional. Um comitê científico constituído por personalidades de Calais forneceu um suporte. Sendo assim, novos meios educacionais foram testados. O promotor da República dos Esportes se oferecia para tirar uma foto do aluno nadando (usando uma *Polaroid*), depois mostrava sua real posição para que o estudante avaliasse suas falhas.

O centro foi inaugurado oficialmente em 3 de outubro de 1965 (*La Voix du Nord*, 03/10/1965). Herzog, alto comissariado para a juventude e esportes, o inaugurou na presença de Vendroux, vice-prefeito de Calais, e do Reitor Debeyre, os quais não pouparam elogios à experiência. O alto comissário Herzog até considerou “a iniciativa excepcional” (Nord-Littoral, outubro de 1965). A vontade de ajudar a República dos Esportes era uma decisão política evidente, conforme indicava uma ficha de transmissão à Cheminaud, assessor do ministério: “Dito isso, deve-se notar que a experiência foi desejada por M.-J. Vendroux, então vice-prefeito de Calais” (AN, 1972, s.p.).

Deve-se acrescentar que o vice-prefeito Vendroux era cunhado do General Charles de Gaulle. Sendo assim, não foi de se surpreender que a experiência de Calais tenha sido divulgada nas mais altas esferas do estado francês. Durante uma visita oficial a esta cidade, o então presidente da república abordou Jacques de Rette, dizendo a ele: “Então, Sr. De Rette, como está a sua República?” (De Rette, 2002, s.p.). Sendo assim, como não ver na ajuda prestada a Jacques de Rette um desejo de promover a cidade, bem como a própria política ministerial?

A “República dos Esportes continua” (Nord-Littoral, 3/03/1965, s.p.) neste ano de 1965. Quatro organizações são formadas reunindo professores de diferentes instituições⁷. Eles se reuniam regularmente para estabelecer o rico cronograma das competições que é impossível detalhar aqui. No entanto, deve-se notar que o sistema republicano ainda é relevante na atualidade. Assim, em junho de 1965, as competições de esportes coletivos foram organizadas e arbitradas pelos próprios alunos (Nord-Littoral, junho de 1965). E, se o handebol foi “escolhido” pelos alunos de sexta e quinta séries, os da quarta à primeira optaram livremente e por referendo pelo futebol. Claro, todas essas iniciativas foram possíveis graças ao consenso de todos os atores envolvidos na vida escolar, esportiva e política. Assim, nada poderia ter sido feito sem a concordância e participação ativa do diretor do C.E.S., Jean Bezu, e de Lecomte, diretor do liceu. Mas também os inspetores da Juventude e do Esporte, Tetelin (Calais) e Mathiotte (gerente de projeto de Herzog) forneceram seu apoio - mais ou menos “reservado” segundo Jacques de Rette (2003) - para a experiência.

O reconhecimento foi duradouro e sobreviveu apesar das mudanças ministeriais. Poucos meses depois, em março de 1966, quando Missoffe substituiu Herzog como ministro, o coronel Crespin,

⁷ A Sra. Pauwels era responsável pelo colégio Sophie Berthelot, o Sr. Brunet dirigia a República dos Esportes do CET, o Sr. Mullet organizava o liceu masculino e o Sr. Straub se ocupava do CES (Nord-Littoral, 17/11/965) APJDR.

chefe do serviço de preparação esportiva e olímpica, visitou o *Centre Albert Debeyre*. Ele estava acompanhado por seu vice, Mathiotte, e várias outras personalidades. Para o inspetor, o Centro tinha uma missão muito clara: “devemos construir uma ponte entre o esporte escolar e o esporte cívico” (La Voix du Nord, 12/03/1966, s.p.). A simbiose parecia total com o desejo de Jacques de Rette de estender a República dos Esportes à cidade, bem como a todos os alunos do secundário. Assim, o promotor da República dos Esportes, com a ajuda do *Centre d'Étude et de Documentation Pédagogique* e dentro das aulas escolares de Educação Física, organizavam para os alunos do primeiro ano um curso de seis semanas numa disciplina escolhida entre natação, esgrima, futebol e voleibol (La Voix du Nord, 11/03/1966, s.p.). O curso terminava com os tradicionais encontros interclasses. O clímax era alcançado em maio com a reunião dos chefes do movimento esportivo associativo no *Centre Albert Debeyre*. Relações especiais foram então desenvolvidas com o RS (Nord-Littoral, 16/05/1966, s.p.). Um programa de intercâmbio e acompanhamento (graças a um sistema de arquivos) dos alunos foi desenvolvido, por um lado, entre as associações e, por outro, as escolas. Alguns forneciam as estruturas e recebiam os alunos nas tardes de quinta-feira com cursos de três semanas, outros emprestavam seus profissionais e suas competências educacionais.

Em uma França em plena expansão e marcada por profundas reformas escolares (Prost, 1992), mas que foi marcada pela penúria de quadros e instalações esportivas (Martin, 1999), a fórmula foi de particular interesse para os líderes políticos. Assim, o novo ministro, em maio de 1966, recebeu seis jovens franceses em Paris, incluindo dois de Calais, para organizar uma “(...) espécie de Estados Gerais da juventude” (13/05/1966, s.p.). Durante a apresentação do rapaz, de dezoito anos, secretário-geral da República dos Esportes, explicando as poucas instalações e o interesse de uma experiência como a de Calais, o ministro respondeu “(...) que é um cenário inteligente em meio a poucos meios” (Nord - Littoral, 13/05/1966, s.p.). Ele chega a evocar a ideia de criar um “(...) corpo de animadores juvenis” (Nord - Littoral, 13/05/1966, s.p.), proposta já debatida antes no Conselho de Ministros. A iniciativa vai no mesmo sentido de envolver jovens chamados a desenvolver o esporte. Mas esta última vontade não será aplicada (Martin, 2002).

De uma maneira geral, a experiência da República dos Esportes era sedutora. Por ocasião da terceira conferência de Vichy, organizada pelo Ministério da Juventude e Esportes e inaugurada pelo ministro, Jacques de Rette expôs a sua experiência republicana, que se tornava cada vez mais complexa. Existiam agora seis “ministérios” (finanças, associação esportiva, administração geral e relações exteriores, campo e equipamentos, técnica, informação) e foram formadas comissões que mobilizavam até 400 alunos (L'équipe, 28/04/1966, s.p.). Por fim, foi constituída uma comissão de apoio composta por adultos (pais de alunos, professores, personalidades locais, representantes da administração, etc.). Os resultados foram convincentes. Mais de 200 alunos passaram por treinamento de arbitragem em

atletismo, ginástica, futebol, natação e mais de dezena de manifestações esportivas foram organizados. Como destaca Mercier (1999), colaborador de Jacques de Rette desde 1969, a República dos Esportes era um motor privilegiado para o desenvolvimento do esporte em Calais.

Em última análise, o ano letivo de 1966 foi a ocasião para precisar o lado esportivo do método republicano. Uma certa cidadania estava em ação nessas Repúblicas do Esporte (Callède, 1996; 1997). A democracia foi estabelecida com o seu governo (os direitos e deveres do jovem aluno seriam em breve objeto de uma declaração). A participação ativa dos alunos na vida da República dos Esportes foi estabelecida por meio do voto referendário (civismo). No entanto, a ausência de dois elementos determinantes foi suscetível de lançar uma agitação na reflexão existente na esfera do esporte: de um lado, a noção de civilidade e, de outra parte, os valores. Se, no contexto da época, a autoridade não representava um problema a priori (embora maio de 1968 não estivesse longe e as análises de Morin prenunciassem a turbulência), parecia que os valores esportivos representam uma dificuldade maior. De fato, para Jacques de Rette, o esporte competitivo era a base de sua ação educativa. Contudo, a reação à sociedade de consumo, ocorrida dois anos depois, não revela, nesse momento de crise, as premissas da condição pós-moderna do esporte? Embora, para o promotor da República dos Esportes, o esporte era um meio de formar e educar, sua utilidade era compreendida de forma diferente dependendo dos protagonistas. Conseqüentemente, o amálgama em torno da palavra esporte era maior na medida que as práticas físicas se multiplicavam (Yonnet, 1985; Clément, Defrance; Pociello, 1994). Cada categoria de atores desenvolveu sua própria visão. Os políticos se interessavam pela economia e medalhas, os professores pela motivação oferecida pelo sistema, os educadores pelo número de praticantes, e os alunos pela novidade. Além dessas diferentes tendências, o esporte olímpico ganhava uma escala planetária (ocorreu a transmissão europeia dos Jogos Olímpicos de Roma e difusão para todo o mundo dos Jogos Olímpicos de Tóquio), além disso o esporte profissional se estruturava (sindicato dos ciclistas fundado em 1957 e dos jogadores de futebol em 1961). Em suma, o esporte recebia significações múltiplas. O promotor da experiência da República dos Esportes, dentro da sua vontade pragmática de fazer avançar seu projeto, não pareceu preocupado com essas divergências. Faltava, portanto, uma real reflexão sobre os conceitos de esporte e educação física. Contudo, se 40 anos depois, tais evidências parecem banais, na época, os primeiros trabalhos contestatórios (Brohm, 1966) ou trabalhos epistemológicos sobre esporte e Educação Física acabavam de ser efetuados (Ulmann, 1966; Parlebas, 1967). Sua distinção foi mencionada nas Instruções Oficiais de 1967 e o problema da “identidade” da disciplina começava a ganhar a profissão dos professores de Educação Física. Mas esses problemas pouco interessavam a Jacques de Rette, que não era um teórico fervoroso, como lembra Mercier (1999). O promotor da República dos Esportes preferia a ação.

A expansão da República do Esporte: A *Fédération des Animateurs de Républiques des Sports/FARS* (1966-1969)

No ano letivo de 1966-1967, ninguém parecia se importar com essas observações teóricas dentro da República dos Esportes. Talvez fosse preciso visualizar uma certa preponderância para realizações concretas nessa era de expansão que experimentava a França. Os avanços tecnológicos que levarão à criação do Concorde e à independência nuclear e política promoveram uma imagem conquistadora e inovadora da França, longe do desastre de *Diên Biên Phú* (1954) e dos Acordos de *Evian* (1962). O esporte participava dessa renovação e o sistema republicano proposto por Jacques de Rette estava em simbiose com o estabelecido por Charles de Gaulle. Mais ainda, pode-se encontrar certos acentos gaullistas no voluntarismo apresentado pelo promotor da República dos Esportes em relação ao sucesso de seu projeto. A independência do General (saída da OTAN em 1966) e a vontade de desempenhar o papel de uma terceira força entre as duas grandes potências eram, sem dúvida, iniciativas que não desagradavam ao líder da República dos Esportes. Mas, como sistema ideal em tempos de crise (Merle, 1987), o funcionamento desta República foi mais difícil em uma situação “normal”, como revelaram as crescentes dificuldades encontradas por de Gaulle (greves de 1963, eleição presidencial de 1965 e legislativa de 1967, etc.). Sem comparação com o sistema da República dos Esportes, essas crises de poder não pareciam afetar a experiência de *Calais*. Além disso, este último viveu uma expansão crescente, como se, no final, concentrasse todas as esperanças de um período político final. Além disso, foi durante o ano letivo de 1967 que a experiência de *Calais* acessou as engrenagens do sistema educacional.

Antes do início do ano letivo de setembro, o promotor da República dos Esportes dirigia em *Calais* o primeiro estágio de formação acadêmica de grande amplitude, que se desenvolveu com a presença de autoridades pedagógicas locais. Cerca de cinquenta professores e monitores de Educação Física, de um total de 15.633 em 1968 (Arnaud, 1989), estavam, de certa forma, em formação contínua (La Voix du Nord, 18/09/1966), enquanto esta estrutura não se iniciasse oficialmente na França em 1971 (lei 71-577 de 16 de julho de 1971). No final destes quatro dias intensos de reuniões muito bem-organizadas⁸, ocorreu a proposição da criação da *Fédération des Animateurs des Républiques des Sports* (FARS) que foi oficialmente instalada no dia 14 de abril do ano seguinte. Os estatutos foram redigidos e a previsão era que dez Repúblicas dos Esportes seriam inseridas nos estabelecimentos escolares. Ao mesmo tempo, outra inovação importante estava germinando no interior dessa instituição, capitaneada por Bezu, diretor do CES masculino, que planejava fazer uma república estendida ao seu

⁸ Cada participante tinha um dossiê resumindo a experiência de *Calais* e planejando o estágio (De Rette, 2003). Além disso, essa constante de uma organização bem conduzida foi notificada pelos relatórios de inspeção (AN, 1974).

estabelecimento segundo os princípios da República dos Esportes. Para tanto, ele “compôs os direitos do cidadão estudante” (La Voix du Nord, 14/10/1966, s.p.): “Os dois clubes formados em cada turma também são grupos de trabalho em matérias intelectuais (trabalhos dirigidos de francês, matemática, línguas, TME (*Travaux Manuels Educatifs*/Trabalhos Manuais Educativos), tecnologia, ciências, etc.)”.

A ideia se materializou um pouco depois e foi destinada, dentro de certa medida, a se estender. Corresponhia plenamente ao princípio educacional defendido por Jacques de Rette, para quem o esporte de competição era um meio democrático de educação. A República dos Esportes se endereçava tanto para o esporte de massa como para o de elite, para meninos e meninas. Em 9 de março de 1967, vinte e oito equipes da quarta à sexta série “(...) disputaram um entusiástico interclasse de ginástica” seguindo os princípios da República dos Esportes e, em 16 de março, foram os mais velhos que se revezaram (Nord-Littoral, 10/03/1967, s.p.). No outono de 1967, 971 dos 5.550 alunos calaisianos participaram da cruzada da juventude, ou seja, aproximadamente 1 em cada 6 estudantes fizeram parte do evento. Em dois anos, os números se multiplicaram por quatro, de acordo com a pesquisa realizada pelo *Nord-Littoral* de 20 de outubro de 1966.

Qual foi o real impacto das Repúblicas dos Esportes sobre a Educação Física? Na ausência de estatísticas confiáveis é difícil de precisar. Na verdade, a FARS era composta por membros que não pagavam nenhuma taxa de contribuição. Além disso, os arquivos em sua grande parte foram incinerados. Até 1967, as Repúblicas dos Esportes ainda eram pouco conhecidas. Para o inspetor pedagógico Marchand⁹, elas se limitaram a *Calais*. Ele assinalava que uma iniciativa similar com uma “semelhança marcante” ocorreu em Montgeron, dirigida por um certo Thomas, mas essas experiências param por aí” (AN, 27/08/1967, s.p.). O julgamento é confirmado pelo jornalista do *Nord-Littoral*, que afirmou “(...) que atualmente na França estão ativas três Repúblicas dos Esportes. As de *Saint-Raphaël*; a de *Boulogne-sur-Mer* e a do *Centre A. Debeyre*” (Nord-Littoral, 2/07/1967, s.p.).

Mas a confusão entre esporte e Educação Física permitiu que a experiência fosse sempre calorosamente acolhida pelas autoridades. Para Dibié, vice-diretor nacional da Educação Física, e assistente do novo secretário de Estado da Juventude e Esportes Joseph Comiti, em visita a *Calais* no mês de novembro de 1967, o exemplo da República dos Esporte deveria ser estendido ao restante da França: “Esta colaboração do esporte civil e da Educação Física, realizada pelo viés da República dos Esportes colocou *Calais* na vanguarda do progresso. ‘Nós estamos tentando fazer o mesmo no plano nacional’, diz o Sr. Dibié” (Nord-Littoral, 17/11/1967, s.p.).

⁹ A opinião de Marchand pode ter sido um tanto objetiva, mas ele sempre defendeu uma visão “humanística” de Educação Física, na qual o esporte e outros métodos de ginástica tinham seu lugar. Assim, R. Marchand foi um esportista antes de tudo (corredor de velocidade) (Loudcher; Vivier, 1996).

As visitas oficiais entoavam agora o planejamento de Jacques de Rette. Em janeiro de 1968, uma importante reunião do Alto Comité de Esportes (Nord-Littoral, 26/01/1968) aconteceu nesta cidade. Em 24 de abril de 1968, uma delegação de trinta inspetores chegou a *Calais* de ônibus. Incluía, entre outros, a Sra. Surrel, inspetora pedagógica e ex-diretora da ENSEP para jovens mulheres. Esta visita se repetiu em 27 de agosto do mesmo ano. Mais ainda, Joseph Comiti também foi para *Calais* no início de outubro de 1968. Para Crespin, diretor da EPs, o fenômeno era notável, tanto que alguns meses depois escreveu o seguinte trecho: “(...) existiam mais de 80 repúblicas agrupadas em uma *Fédération des Animateurs des Républiques des Sports* e 50.000 jovens seriam impactados” (Crespin, 1/02/1969, NA, s.p.). Assim, para o ano letivo de 1968-1969, os jovens alunos do ensino secundário francês envolvidos nas Repúblicas dos Esportes representariam entre 2 e 3% da população escolar matriculada no setor público (Briand, *et. al.*, 1987).

O sistema republicano de experiência estava estabelecido e parecia se adaptar perfeitamente ao mundo moderno. Assim, durante uma conferência em *Thionville* (Le Républicain Lorrain, 15/03/1968), Jacques de Rette colocou em paralelo a exigência de produzir um sistema pedagógico eficaz. A partir de uma análise das necessidades da sociedade, ele se propôs a transformar a escola em uma “empresa” educativa. Com o objetivo de organizar a ensino (o trabalho em ciclo ainda não estava ainda muito difundido), ele propôs um planejamento que antecipasse as conquistas posteriores que seriam alcançadas no âmbito da Educação Física¹⁰. Mas a experiência não se estenderia além da quarta série por falta de tempo.

De qualquer forma, o esporte livre das quintas-feiras era o lugar de todos os entusiasmos. A experiência dava mais um passo suplementar com a organização, sob o sinal da República dos Esportes, dos campeonatos franceses de vôlei feminino da ASSU, em *Boulogne*, que estava ocorrendo, na opinião de todos, sem contratempos. (La Voix des Sports, 08/04/1968). No ano seguinte, o sistema foi estendido à organização de sete campeonatos franceses da ASSU. Com vinte e cinco anos de antecedência, Jacques de Rette antecipava a formação de jovens dirigentes que seria implementada na *Association du Sport Scolaire*/Associação de Esporte Escolar. O campeonato francês de basquete feminino da ASSU, que acontecia em *Boulogne-sur-Mer*, era objeto de palavras radiantes por parte dos dirigentes da federação escolar (APJDR). No ano seguinte, o campeonato francês de rugby foi organizado em *Niort* sob o comando da República dos Esportes.

¹⁰ Três fases caracterizavam seu planejamento: um ciclo de “informação” na sexta e quinta série, em que os alunos abordavam todas as práticas esportivas; um ciclo de orientação de quarta a segunda série, em que os alunos escolhiam dois esportes individuais, dois esportes coletivos e dois esportes ao ar livre; um ciclo final de especialização, no qual os alunos do primeiro e último ano deviam praticar um esporte individual, um esporte coletivo e um esporte ao ar livre. Esta organização era nova em comparação aos textos de 1962 e, portanto, dizia respeito a meninas e meninos.

Após três anos de funcionamento, o sistema via a sua consagração dentro da profissão de professores de Educação Física. As colunas da *Revue EPS* repercutiram esse sucesso por meio da publicação de um longo artigo sobre a República dos Esportes (*Revue Eps*, n. 98, 1969). A experiência estendeu-se a *Niort* (16 de dezembro de 1968), ao colégio climático de *Font-Romeu*, ao liceu *Saint-Exupéry de Saint-Raphaël* (*Nice-Matin*, 13 de dezembro de 1968) e à academia de Estrasburgo. Neste último local, 30 Repúblicas dos Esportes se desenvolviam na *Moselle* e duas experiências esportivas livre estavam sendo instaladas em *Rombas* e *Thionville*. No final, em *Haut-Rhin*, 2.340 estudantes viviam na República dos Esportes (*L'Alsace*, 19/01/1969).

É certo que este ano de 1969 foi aquele que viu o movimento da República dos Esportes explodir. Seu fundador continuava em sua ação de proselitismo de forma oficial em quase toda a França. Parecia reunir todos os votos, a tal ponto que Seurin, o inspetor pedagógico, promotor de uma ginástica corretiva e principal inspirador das OIs (Instruções Oficiais) de 1959, escreveu a seguinte ideia: “O movimento das Repúblicas do Esporte inseridas na corrente da pedagogia moderna é uma experiência que todo educador deve conhecer e quiçá buscar implementar com seus alunos” (APJDR, 1969).

No sábado 15 de fevereiro e no domingo 16 de fevereiro, no CREPS de *Aix-en-Provence*, o mesmo inspetor organizou um curso com o promotor da República dos Esportes. Em junho do mesmo ano uma outra formação ocorreu no liceu *Vincent-d'Indy* em *Privas*. Sob a responsabilidade de Esnault, inspetor da Academia; de Deloche, inspetor departamental da Juventude e Esportes Deloche e do Diretor Gaillard, 64 professores vindos das academias de Paris e Grenoble foram iniciados, sob a orientação do idealizador da República dos Esportes, sobre os seus diversos aspectos. Apesar de tudo, algumas localidades foram “esquecidas”. A Bretanha, o Sudoeste e o Centro, por razões inexplicáveis, foram regiões pouco ou não exploradas.

Dessa forma, Jacques de Rette beneficia-se da confiança ministerial que se traduziu em novos recursos humanos, de materiais e equipamentos. Bourlet foi nomeado para o cargo de conselheiro técnico em 1968. Mesmo Caillaud, o principal inspetor pedagógico, considerava que a República dos Esportes poderia se inscrever perfeitamente no quadro da programação de 3 de maio de 1967 e das Instruções Oficiais (*Journal de Niort*, 16/12/1968). A pedra final do edifício foi colocada em 12 de novembro de 1969, quando Joseph Comiti assinou uma ordem dando ao *Centre Albert Debeyre* o status de um centro de experimentação pedagógico confiado a Jacques de Rette. Este último foi então nomeado diretor técnico nacional com um orçamento considerável¹¹.

¹¹ Os créditos se elevaram em 1969 para 404.700 francos. Carta de J. Dibié, diretor assistente de Educação Física para o Sr. Crespin, de 3 de fevereiro de 1970

Mas se a adesão de professores, inspetores e autoridades políticas foi uma conquista, a República dos Esportes não poderia ter se desenvolvido sem os seus principais interessados, ou seja, os alunos. Vários depoimentos destacam sua participação ativa em um sistema escolar esclerosado. “O que valorizamos na República do Esporte é a possibilidade de diálogo, a participação efetiva” (Journal de Colmar, janeiro de 1969, s.p.). Por isso, os alunos experimentavam uma aproximação com o professor: “Acredito que a República tem uma vantagem enorme, pois permite melhores contatos entre os alunos e também melhores relações com os professores” (Journal de Colmar, janeiro de 1969, s.p.). Parece que este era um dos raros momentos em que os alunos das escolas e dos liceus puderam, pelo menos na esfera da Educação Física da época e em uma larga escala, se beneficiar de uma certa cidadania participativa. A República dos Esportes deu a eles uma maneira de se expressar quando não estavam acostumados. Eles se apropriam do projeto proposto por Jacques de Rette que lhes permitiu funcionar de acordo com uma carta republicana, afirmando direitos e deveres como aqueles editados no âmbito da República dos Esportes implementada em *Font-Romeu* durante ações coletivas regulamentadas (Article de Journal, 12/12/1969, APJDR). Portanto, não foi, para os alunos, a possibilidade de serem ouvidos também que pode explicar o sucesso das Repúblicas dos Esportes? De fato, a pesquisa realizada em 1966 mostrou que apenas 25% dos 4.700 jovens entrevistados praticavam esportes ou ansiavam por instalações esportivas (Callède, 2000). Ao olhar os números mais detalhadamente, pode-se relativizar o entusiasmo dos alunos pelos exercícios físicos competitivos. A distância entre a vontade dos políticos e a dos estudantes não era bem percebida. Além disso, não parecia que esse limite fosse realmente levado em conta pelo movimento associativo de *Calais*, bem como por um certo número de professores da Educação Física. Assim, para o professor de Educação Física Bourlet e futuro colaborador do D.T.N., os alunos representam um “reservatório para os clubes” (Nord-Littoral, 17/11/1967, s.p.). Jacques de Rette visualizava outros tipos de motivação para além da competição, como se subconscientemente percebesse o limite desse sistema. As demonstrações ou a prática de esportes ao ar livre também eram objeto de experiências. Novamente, Jacques de Rette antecipava a noção moderna de ataque. Assim, 80 jovens adolescentes treinaram canoagem e vela, em março de 1967, para se preparar para os finais de semana de primavera, quando cada equipe deveria que se responsabilizar pelos grupos mais jovens (Nord-Littoral, março 1967). Apesar dessas questões, as Repúblicas dos Esportes foram fundamentalmente estruturadas em torno de encontros competitivos.

No entanto, não se deve confundir meios e fins. Para Bezu, diretor do colégio *Jean Jaurès* organizado no formato republicano, o principal objetivo era formar homens e não supercampeões. A formação deveria ser pluridisciplinar no âmbito do esporte livre de quinta-feira à tarde e não ter uma duração superior a três sessões por esporte, ou seja, três semanas. Portanto, não era de se surpreender que ele se opusesse às palavras do presidente do clube de atletismo *La Sportive*, para quem o praticante

deveria se especializar o mais rápido possível (Le Républicain Lorrain, 15/03/1968). Tornava-se claro que o amálgama do esporte educacional e competitivo se situava na confusão entre meios e fins. Ambiguidade que começava a se revelar nestes anos graças à reflexão que a profissão realizava, bem como ao trabalho teórico que ia se propagando (Ulmann, 1965; Mérand, 1969).

De forma resumida, pode-se afirmar que o sistema funcionava, mas em bases ambíguas. Mais ainda, o compromisso crescente de Jacques de Rette com o esporte escolar poderia ser visto como um sinal de certas insuficiências da Educação Física na execução do projeto republicano. De fato, a participação dos alunos foi mais ativa na gestão desses campeonatos do que nas aulas de Educação Física onde a carga administrativa era mais forte. A ideia, por exemplo, de que os alunos deviam, no seio da República dos Esportes, ocupar diferentes funções foi, de fato, sendo abandonada aos poucos (De Rette, 2003). Portanto, a mudança de orientação da organização ficava mais clara e contribuiria na separação das Repúblicas dos Esportes.

De FARS à FARE: o fim da República dos Esportes (1969-1973)

O processo educacional, já estabelecido pela *Fédération des animateurs des Républiques des Sports* (FARS) e realizado conjuntamente com o *colégio Jean Jaurès*, deu ao organismo uma orientação educativa que ia além da Educação Física. Essa extensão pedagógica se desenvolveu então no ensino primário, que, em 1967, Jacques de Rette havia abordado durante os cursos de formação organizados para os professores: ele desenvolveu então o “minibasquete” por intermédio da *Union sportive de l'enseignement du premier degré* (USEP) (Nord-Littoral, 21/04/1967). Um ano depois, durante estágios conduzidos por Jacques de Rette em *Thionville*, os “responsáveis da educação escolar” (*L'Alsace*, 23/01/1969, s.p) decidiram estender a experiência da República dos Esportes para o ensino primário. Os cinquenta membros responsáveis pela Educação Nacional da Juventude e Esportes o viam como um método que permitia “o acesso dos jovens às responsabilidades e a iniciação de certas funções de dirigentes desportivos” (*L'Alsace*, 23/01/1969, s.p). Para eles, a República dos Esportes autorizava “a iniciação às atividades esportivas prática esportiva, visando um aperfeiçoamento progressivo que levasse a prática especializada para o interior dos clubes civis” (*L'Alsace*, 23/01/1969, s.p). Para tal, os responsáveis demandavam o aproveitamento integral das instalações e a sua gestão conjunta na segunda e na primeira fase. Pouco tempo depois, uma iniciativa pluridisciplinar reunindo os professores de disciplinas gerais e de Educação Física ocorreu em *Thionville* durante o período de uma semana. Uma abordagem ativa era privilegiada pela parte dos alunos, na qual o esporte desempenhava um papel importante. O livro que se publicou na sequência buscava seduzir os atores do mundo educacional e

essa experiência ganhou, então, numerosos apoios e incentivos¹². E, de fato, no final da década de 1960, quando o desejo de mudar o ensino primário era geral, a Educação Física se beneficiou dessas mudanças. Em 1969, o sistema pedagógico de três tempos foi votado, consagrando uma parte do ensino para as atividades físicas e artísticas. A partir desse momento foi adicionado ao amálgama existente entre esporte e Educação Física, bem como as ações ocorridas ao nível da República dos Esportes, aquelas diferenças existentes entre o ensino primário e secundário. Contudo, pode um mesmo sistema de governança satisfazer esses diferentes públicos escolares? Além disso, as mesmas abordagens educacionais (conteúdos, meios) podem ser idênticas?

No entanto, a mudança iniciada pela FARS tornou o esporte um elemento de um sistema educacional mais amplo que exigia a transformação da sigla da organização. A adoção da nomenclatura de *Federação dos Animadores das Repúblicas Educacionais* (FARE) foi decidida em 1969 durante o congresso de *Saint-Raphaël*. O discurso de encerramento de Jacques de Rette relatou o desenvolvimento da organização e propunha novas transformações. Previa a independência das três secções em forma de direções, sustentadas por comissões especializadas (*Premiers elements de reflexion pour les equipes d'animation*, 1969). No entanto, os estatutos só seriam oficialmente apresentados em 2 de setembro de 1972 no *Journal Officiel* (no. 234, 6 de outubro de 1972), prova de certa latência operacional e, talvez, de abrandamento da atividade da associação.

No entanto, o esporte competitivo, no qual a República dos Esportes essencialmente se baseava, foi fortemente questionado. Berthaud (1972) denunciou, em 1969, em contundente artigo à moda trotskista, o aliciamento esportivo de jovens estudantes por meio da adulação da competição e das técnicas desenvolvidas nas Repúblicas dos Esportes. O esporte competitivo não era mais enfeitado, como poderia ter sido há dez anos, com todas as virtudes. Além disso, o desejo de mudar a abordagem da disciplina surgia em um momento em que seus problemas de identidade se punham de maneira crucial (Arnaud, 2000). A especificidade da Educação Física era buscada em outros documentos de apoio, como evidenciado pelas crescentes produções teóricas (principalmente aquelas realizadas pelo FSGT e Mérand). Modificações que conduziram a área para uma reflexão mais didática e pedagógica. Nessa perda de rumo, pode-se perceber que os membros da FARE estavam se aproximando daqueles ligados a FSGT. Além disso, esta última organização experimentou um forte aumento em sua força de trabalho no início da década de 1970 (Borrel, 1999; Sabatier, 2003). Os debates sobre a Educação Física deram uma nova guinada no interior da organização guarda-chuva das Repúblicas dos Esportes, em particular na ocasião dos estágios organizados em *Boulouris*.

¹² Os arquivos privados de Jacques de Rette revelam inúmeras cartas oficiais de agradecimentos e encorajamento sobre o assunto.

Assim, o anuário produzido após a referida estada especificava a ação educativa do movimento. A análise destes documentos mostra uma colusão evidente entre os referenciais teóricos da FARE e os da FSGT. Os mesmos autores e referenciais teóricos e pedagógicos foram mencionados e se mostraram presentes (Piaget, Wallon, Le Ny ...). Além disso, no prefácio do anuário de 1970, foi escrito que a comissão havia trabalhado inspirada no documento “sobre a nossa abordagem fundamental” escrito por R. Mérand para o Conselho Pedagógico e Científico do FSGT (*Annuaire Pédagogique*, 1970, s.p.). Isso coloca a questão da independência do movimento em relação ao FSGT. Mas o DTN da FARE não parecia estar ciente desse problema. Além disso, o FSGT operava nessa época uma virada fundamental na esfera da Educação Física. Já em 1971, a organismo reorientou os estágios denominados Maurice Baquet de Sète para a análise de conteúdo: de um esporte para crianças, passou-se a um esporte para crianças de acordo com a fórmula estabelecida (Mérand, 1998). A análise do comportamento através do jogo de construção/desconstrução de técnicas em termos de capacidades e níveis tornou-se algo privilegiado: a publicação do CPS-FSGT. O primeiro deles apareceu em 1971 e versou sobre o esqui, definindo segundo Moustard (1983), o caminho da Educação Física para o próximo decênio. A consequência “cidadã” foi direta. Por estar mais preocupado com as capacidades da criança do que com seu envolvimento na organização da Educação Física, o sistema de representação (em termos de poder) foi ao mesmo tempo negligenciado: o abandono do problema da governança talvez tenha sido feito de maneira ainda mais “natural” à medida que o novo “discurso” pedagógico em torno da criança foi imposto de forma progressiva e duradoura.

Assim, embora alguns membros da FARE também tenham sido receptivos à reflexão sobre os conteúdos, o movimento de *Animateurs des Républiques Éducatives* parecia estar marcando passo. Para Mercier (1999), os representantes da República dos Esportes eram considerados, às vezes de maneira exagerada, como “animadores públicos”. No entanto, o momento para uma Educação Física científica pareceu ter chegado. A FARE, movimento amistoso e alegre em que o partido estava envolvido, ao contrário dos cursos de Maurice Baquet (Mercier, 1999; De Rette, 2003), já não parecia ter um lugar real no campo da Educação Física dos anos 1970.

Além disso, foi nessa época que o ministério operou uma reviravolta em relação a Jacques de Rette. Já em junho de 1971, a decisão de abolir os subsídios à FARE foi tomada por Comiti. Crespin ficou surpreso com a mudança após a decisão ter sido apresentada pelo próprio ministro três anos antes. Mas ele foi obrigado a cumprir as instruções: “Além disso, estou tomando todas as medidas necessárias, em aplicação de sua nota CAB / 8 n ° 812 de 10/12/71 para rescindir o contrato do Sr. De Rette “(AN, 1971 s.p.).

Apesar de tudo ele tentou salvar a FARE, renovando ao seu favor, em 27 de dezembro de 1972, um subsídio de 60.000 francos para o ano seguinte. Por que o ministério estava suprimindo ajuda para

este movimento? Um dos argumentos apresentados por Petitjean à Crespin foi o financeiro, visto que era preciso fazer economia em um período considerado difícil: “Eu penso que é razoável retirar o centro de experimentação educacional de Calais da FARE no final de 1972. Parece-me, de fato, que nos orçamentos futuros, um dos pontos principais da ação do Secretariado de Estado centra-se na reforma do ensino esportivo na escola e fora dela. Nesse sentido, é recomendado concentrar todos os meios desejáveis neste ponto (NA, 29 de março de 1972, s.p.).

Os efeitos de uma austeridade orçamentária faziam parte de uma política ministerial de restrição iniciada por Pompidou no curso dos meses anteriores, tentando aumentar a competitividade do aparelho produtivo. Com a circular de Comiti, em 1971, legalizando as 2 horas no liceu e 3 horas na faculdade, bem como a redução do número de vagas na CAPEPS, a Educação Física sofreu com a queda no orçamento do estado. O afluxo de alunos, resultante das medidas de 1959 em favor da prolongação da escolaridade para 16 anos, e o crescimento demográfico explicam essas novas medidas (Martin, 2002). A taxa de matrícula aumentou de 43,5% em 1958 para 51,7% em 1965-1966 e para 62,9% em 1970-1971. O número de turmas do segundo ano dobrou entre os anos letivos de 1958-1959 e 1967-1968, passando de 112.000 alunos para 226.000 (Prost, 1992). Esses poucos números explicam em parte como os contextos demográficos e educacionais tornaram possível a experiência de Jacques de Rette. Além disso, o orçamento para Juventude e Esportes passou de 0,77% em 1968 para 0,63% em 1971. Então, o movimento da República dos Esportes estava realmente colocando em risco o orçamento do estatal? Ele não permitia, pelo contrário, e como repetidamente era mencionado por políticos anteriores, fazer economia?

Na realidade, o contexto político se radicalizou nessa época, levando Jacques de Rette a um ostracismo. Direita e esquerda se confrontavam e o esporte, assim como a Educação Física, sofreram consequências (Gleyse; Garcia, 2004). Além disso, a ofensiva do conselheiro técnico Petitjean dizia respeito ao compromisso político dos quadros da República dos Esportes. Assim, ele denuncia ao ministro a relação deles com os “comunistas”. Ao aproveitar um vago folheto convocando manifestações a favor de uma nova educação, o conselheiro justificou ao Coronel Crespin as medidas de proibição impostas à FARE:

Observe que a *Fédération des Animateurs de Républiques Éducatives* é uma das organizações que apoia o Comitê de conexão para uma Nova Educação. Eu recordo que o Comitê, que trabalha em estreita colaboração com a Federação de Pais de Estudantes, Cornec, segue uma política de oposição sistemática ao governo e pratica uma política de colaboração e boa vizinhança com o Partido Comunista. Você poderá julgar pelo folheto anexado a esta nota (NA, 1972, s.p.).

Além da dimensão política, uma ideologia real estava envolvida. Na verdade, vários relatórios e documentos oficiais destacavam a desconfiança em relação a uma organização que desenvolvia mais a

reflexão do que a ação (Loudcher, 2004). Segundo o conselheiro técnico a esportivização da educação física escolar almejada pelas autoridades da época se contrapunha aos conceitos educativos desenvolvidos pela experiência da República dos Esportes em suas últimas ações. Posteriormente, ele evocou relatórios de inspeção desfavoráveis acerca a experiência de *Font-Romeu* (AN, 1972) e da Alsácia. No último, ele assim se especificou: “O espírito e as preocupações da equipa da FARE evoluíram para fórmulas mais complexas e mais intelectuais que a conduziram (a inspeção académica) a não renovar esse ano os estágios normalmente confiados à FARE” (NA, 28 de janeiro de 1972, s.p.).

Para além disso, a orientação do movimento em favor de uma dimensão interdisciplinar com as chamadas disciplinas “intelectuais” foi fortemente influenciada por seu envolvimento com a escola primária. Em outras palavras, o conselheiro do ministério não estava usando a experiência de Thionville para desacreditar a República dos Esportes? A esse respeito, Martin mostrou claramente como essa problemática do esporte “ativo” em oposição à “educação física intelectual” atravessa a bancada majoritária da Assembleia. Assim, uma denúncia anônima destacou os seguintes aspectos: “É desejável que durante os espaços destinados a atividade física as aulas se entreguem a infundáveis explicações e discussões que deixem a prática de exercícios físicos em 1 hora de aula restritas a apenas 10 a 15 minutos?” (NA, 1972, s.p.).

Contudo, de acordo com Jacques de Rette, o IPR da Alsácia, Mathiotte, teria honrado com sua total confiança (De Rette, 2003). Os relatos conflitantes sobre a experiência de Jacques de Rette demonstram a ambiguidade do projeto. Além disso, o caráter “completo” do promotor da República dos Esportes também explicava um certo número de inimizades alimentadas no seio da Academia de Lille (Mercier, 1999). Em 1972, a FARE, por motivos essencialmente ideológicos e políticos, foi condenada a nível ministerial. Jacques de Rette e toda sua instituição se viram cada vez mais isolados.

No entanto, negligenciada pelo ministério, poderia pensar-se que a FARE pudesse ter encontrado apoio na oposição, em particular com Mérand e o FSGT que estavam em plena expansão. Com efeito, para Sabatier (2003, p.156), “(...) um dos principais fenômenos que permitiu a recuperação do FSGT foi o de ordem política”. Contudo, a ideia do esporte livre arriscava tirar a Educação Física da escola e também ia contra a linha comunista ortodoxa que defendia a Educação Física escolar. Segundo Jacques de Rette (2003), a experiência dos Centros de Animação Esportiva, polos extracurriculares que ficavam sob a responsabilidade de um professor de Educação Física, e que foram fundados em 1972, seriam uma cópia direta da República dos Esportes, graças ao inspetor regional Tetelin que teria trabalhado nesta direção junto ao ministério¹³. Sobre tal assunto Mercier (1999) evoca sua desagradável

¹³ A circular n° 73-400 de 5 de outubro de 1973 refere-se nominalmente a República dos Esportes: “A ideia de uma melhor iniciação esportiva e coordenação dos meios de ensino esportivo já havia sido abordada de diversas formas, principalmente em Repúblicas dos Esportes e centros esportivos. As diretrizes de 1° de julho de 1972 ofereceram oficialmente as possibilidades de se alcançar a harmonização almejada.” (La Circulaire n° 73-400 du 5 octobre 1973, s.p.).

situação a respeito da profissão de professor de Educação Física, pois ele trabalhou para a FARE dentro de um Centro de Animação Esportiva. No entanto, apesar dessa posição, a experiência extraescolar foi uma ideia que teria conquistado o voto de alguns membros do sindicato de professores da Educação Física que tinham convicções semelhantes. Assim, Martin (2002), notificou o testemunho de Meillat, evocando entrevistas que ele supostamente teve com Goirand, Mérand e Delaubert¹⁴ (todos membros do SNEP, o sindicato majoritário da Educação Física, tendência de Unidade e Ação), mostrando uma oposição reservada ou mesmo uma certa aprovação em relação aos Centros de Animação Esportiva. No clima de confronto ideológico da época, era difícil expor essa opinião abertamente. Os discursos políticos, muitas vezes nítidos, não eram da mesma natureza daqueles proferidos por Mérand, e pareciam mostrar um distanciamento maior do pensamento ortodoxo do Partido Comunista Francês (Véziers, 2004). No entanto, e mesmo que não se deva associar sistematicamente o SNEP a FSGT, só se pode admitir uma certa conjunção dos dois movimentos a partir da década de 1970 (Prevost, 1992). Sabatier (2003, p.186), por sua vez, observou que “(...) para recuperar terreno junto ao Estado, o revezamento do SNEP pareceu (ao FSGT) ter sido favorável ao nível escolar”.

Como consequência, a radicalização política tendeu a impor escolhas, sejam de direita ou de esquerda, que Jacques de Rette parecia não querer fazer. Para Mercier (1999), apesar da sensibilidade esquerdista do promotor da República dos Esportes, seu desejo de fazer de seu experimento um sucesso o levaria a ceder enquanto a época e os colegas exigiam uma posição firme. Além disso, já em 1973, como testemunha During, “não se fala mais de República dos Esportes nos artigos que relatam os estágios do Sr. Baquet” (Martin, 2002, p. 188). O diretor da FARE não podia ou queria ver essa mudança vinda de professores preocupados com os ataques contra sua disciplina.

Enfim, a própria natureza das Repúblicas dos Esportes também explica o desengajamento dos professores de Educação Física no início da década de 1970. De fato, o investimento de tempo foi a condição essencial para o bom funcionamento dessas experiências: ela também foi regularmente sublinhada pelos principais participantes do período (Pariat, 1979). No entanto, muitos professores não aplicaram a fórmula completa da República devido ao enorme fardo que representava implementar um esporte livre (Loudcher, 2004). Além disso, as propostas educacionais da República dos Esportes podiam não corresponder mais, no início dos anos 1970, à nova cultura corporal que estava emergindo, pelo menos entre uma parte da categoria de professores de Educação Física e entre os alunos. Defrance (2000) demonstrou claramente a nova demanda que vinha explodindo no esporte desde o início da década de 1970. O desejo de praticar sem restrições foi o *leitmotiv* de corredores de estrada, escaladores,

¹⁴ Segundo Jacques Rouyer (2003; 2004), o depoimento deve ser tomado com cautela, visto que o autor estava muito desconfiado das interpretações “engajadas” de Jean-Luc Martin e Jacques Gleyse.

adeptos do voo livre, mas também entre boxeadores (Loudcher, 1999). Nesta ocasião, muitos ativistas da FSGT observavam que era difícil mudar a atitude dos “consumidores passivos” (Moustard, 1983). O sistema da República dos Esportes, que impunha uma responsabilidade sistemática e um procedimento de representação direta, não se opunha que uma sociedade se tornasse mais individualista, na qual o ativismo se encontrasse em concorrência com as solicitações do mundo moderno? O problema atravessa também todos os movimentos educacionais da época (GFEN, *Francs et Franches Comarades*, etc.) que experimentaram uma significativa deserção de seus membros (Pariat, 1979). O lazer surgia como um valor indiscutível. No início da década de 1970, a FSGT não falava mais de esporte de massa e sim de esporte-lazer e a Federação Internacional de Educação Física (FIEP) produziu, em 1971, seu manifesto sobre o mesmo assunto. Sabatier (2003, p.145) notou, por sua vez, um investimento da FSGT na “feminilização” e na “demanda de diversificação das formas de práticas e na aparição de novos esportes”. Na esfera da educação física, o esporte competitivo não foi condenado, mas sua faceta institucionalizada foi amplamente questionada, como evidenciado pelo aumento da expressão corporal e atividades de dança (o GREC de Toulouse, Pujade-Renaud etc.), bem como o desenvolvimento de novas tendências pedagógicas (pedagogia institucional de Vasquez-Oury, pedagogia não diretiva de Rogers) (Marsenach, 1982).

Diante dessa evolução fundamental da Educação Física e da sociedade francesa como um todo, a FARE não evoluiu. O surgimento do “individualismo” e do grupo mencionado por muitos pesquisadores (Maffesoli, 1988; Ehrenberg, 1991; Travailhot, 1998) não foi levado em consideração. O sistema de votação por maioria relativa implantado desde o início na República dos Esportes colocava em desvantagem as minorias, como argumenta Yvonne de Rette (2003), membro inicial do movimento. Ora esse desejo de reconhecimento também não conquistou a escola? Uma nova forma de cidadania implantada na República dos Esportes não teria impedido seu declínio? Como conceber um novo sistema de governança sem levar em conta as novas práticas e, portanto, sem questionar os conteúdos?

Esses problemas não vinham realmente à mente do presidente da FARE que, durante os anos 1970-1972, tentou diversificar suas ações como se pressentisse o declínio. Jacques de Rette trabalhou com CEMEA (APJDR, 1971), GFEN, FOEVEN, *The International School Cooperation Office*, *The Fédération des Parents d'Élèves Cornec*, do *l'Office Central de la Coopération à l'École*, *Francs et Franches Comarades* (APJDR, 1972), etc. Todavia, essas organizações apresentaram uma perda de audiência, bem como tiveram poucos recursos. Eles não permitiram que Jacques de Rette evitasse o ostracismo. O movimento da República dos Esportes se encontrava em queda livre. Já em 1972, vários relatórios e notas emitidas confirmariam seu enfraquecimento. Segundo o ministério, a FARE teria passado de 600 membros (800 segundo Jacques de Rette), em 1970-1971, para 60, em 1975-1976 (AN, 1971). A corrida desenfreada parecia ser a única solução para Jacques de Rette, que estava exportando seu sistema para o exterior. A

República dos Esportes estava se desenvolvendo especialmente na Argélia (1972-1976) e, em menor escala, na África negra e nos países árabes (De Rette, 2003).

Em 1976, após uma série de decepções, Jacques de Rette saiu de licença por “conveniência pessoal”, marcando assim o declínio da FARE, mas não o seu fim. Acima de tudo, a sua constância em relação a um lazer educativo e nas novas tecnologias não podia ser negada. Ele trabalhou então em uma nova organização, o CADLEC (*Comité d'Action pour le Développement des Loisirs Éducatifs à Calais*/ Comitê de Ação para o Desenvolvimento do Lazer Educacional de Calais) e depois, na década de 1980, na UEREPS Lille (responsável audiovisual). Finalmente, ao se aposentar, ele publicou na revista EPS os resultados de suas ações na *Républiques de Quartiers* (1995) e empreendeu novas iniciativas em favor das *Républiques de la Santé* com base na programação assistida por computador.

Conclusões

A experiência da República dos Esportes foi um laboratório experimental único na aplicação de uma nova pedagogia na Educação Física durante os anos 1960. Obteve um grande sucesso nos primeiros anos, inserindo-se em um contexto particularmente favorável ao esporte competitivo. A sua utilização dentro uma nova organização satisfaz o Ministério da Educação Nacional e o da Juventude e Esportes, que a via como uma maneira inteligente de economizar recursos ao mesmo tempo que formavam animadores a um custo inferior. Além disso, a organização republicana permitia que os professores de Educação Física ofertassem uma orientação pedagógica ao seu ensino e que os alunos fossem ouvidos.

Contudo, o sistema foi baseado em uma série de confusões e ambiguidades. A palavra esporte se referia também a prática profissional, amadora ou de Educação Física. Além disso, a organização da República foi a mesma tanto no ensino primário como no secundário, ou para a gestão do curso de Educação Física, esporte escolar ou nos diversos estabelecimentos escolares. Na virada para os anos 1970 a situação mudou, trazendo esses problemas à luz. A bipolarização política, o contexto econômico, assim como os discursos ideológicos levaram Jacques de Rette ao isolamento. Além disso, o significativo investimento dos professores, exigido pelo sistema da República dos Esportes, e as novas culturas corporais contribuíram no desengajamento dos membros da FARE. Na verdade, as demandas do mundo moderno reduziram o tempo gasto num engajamento militante (Pariat, 1979; Yonnet, 1985). Todas estas razões juntam-se, de fato, às mencionadas pelo próprio Jacques de Rette (2003) para explicar o declínio da FARE. Ele especifica que elas eram de três tipos: políticas, pessoais e “estruturais” (no sentido de que o estabelecimento de uma República dos Esportes era “complicado” e

demandaria uma “militância” que necessitaria de uma formação muitas vezes ausente entre as pessoas que desejavam configurar tal experiência).

Por fim, cabe destacar que uma divergência apareceu no nível pedagógico e profissional. O caminho percorrido para a obtenção de um reconhecimento cultural, social e político da disciplina, por uma grande parte dos seus professores, era por meio dos conteúdos. De fato, não era permitido ir além dos problemas ideológicos e políticos? Pode-se pensar assim, especialmente porque a abordagem em torno da didática das disciplinas podia então ser adaptada ao praticante, independentemente das finalidades selecionadas, e apropriado as novas práticas (conferir o filme realizado por Piegelin sobre o windsurf na década de 1970 - Moustard, 1983) ou aos novos métodos (*Pédagogie par Objectif*; Marsenach, 1982). Esse desenvolvimento relegou, por um tempo, os problemas de governança no esporte livre ou no nível primário que, também, aos poucos, foram abandonando esse sistema.

Esse compromisso “realista” girando em torno do “conteúdo” se diferenciava nitidamente daquele mantido pela República dos Esportes com o sistema da República gaullista, principalmente porque foi fortemente questionado na década seguinte. As dissensões dos anos 1970 colocaram no centro das atenções a experiência de Jacques de Rette, levantando as ambiguidades que existiam sobre o “esporte”. Condenado a nível político, econômico e pedagógico, o sistema da República dos Esportes revelou suas insuficiências ao nível social e cultural ao manter-se amparado numa governança ultrapassada, não levando em conta nem a representação da minoria, nem os problemas de civismo (abstenção), civilidade (crise de autoridade), ou valores ligados ao esporte (esporte de lazer etc.).

Portanto, ao se centrar sobre as aprendizagens e nas competências, na década de 1980 os conflitos políticos e ideológicos foram evitados e a Educação Física pode ganhar algum reconhecimento. Mas não é em detrimento da dimensão afetiva e relacional do ato pedagógico (Meirieu, 1994)? A “revolução copernicana” de Parlebas (1967) não instalou o indivíduo, e não a pessoa, no centro da Educação Física nos dois decênios seguintes? Se, alguns anos depois, Jacques de Rette desenvolveu novamente experiências republicanas, pode-se pensar que ainda ele se antecipava à evolução da disciplina, em particular o fim do monopólio dos “conteúdos”, ao enfatizar a cidadania. Mas esses experimentos só funcionaram para as *Républiques des Quartiers* no setor primário e ainda estavam sendo testados pelas *Républiques de la Santé*. Eles não estariam fadadas ao fracasso se um sistema de governança idêntico a República dos Esporte da década de 1960 fosse aplicado?

Em última análise, por trás dos mesmos termos República e cidadania, significados diferentes foram atribuídos a eles de acordo com as épocas. Esse é o ponto principal de um estudo histórico, o de atualizar essas mudanças de significado, conforme mostrou Prost (1996). A República dos Esportes colocou em evidência os limites da organização republicana do sistema gaullista. Com vistas para uma Educação Física futura, outras “repúblicas” em Educação Física estavam, sem dúvida, para serem

inventadas e que levassem em consideração as “minorias” (gênero, raça, condições sociais, etc.) e práticas culturais, tanto nos princípios expostos como nas maneiras de governar.

Sources

Témoignages

Témoignages de Jacques de Rette, recueillis à Hemmes-les-Marck, décembre 2002 et août 2003.

Témoignage de Yvonne de Rette, recueilli à Calais, le 16 août 2003.

Archives nationales, Fontainebleau, Bureau de l'EPS, République des Sports, 820381

Lettre de R. Marchand au directeur de Cabinet, R. Haby, le 27 août 1967.

Lettre de l'inspecteur principal J. Bracq, sous couvert du recteur de Lille, non datée.

Lettre de M. J. Petitjean, conseiller technique, à l'attention du colonel M. Crespin, directeur de l'Éducation physique, 20 avril 1972.

Note de M. J. Petitjean, directeur du Cabinet, à l'attention du colonel Crespin du 11 janvier 1972.

Lettre de M. J. Petitjean à M. Crespin, le 28 février 1972.

Archives privées Jacques de Rette (APJDR)

Divers

Annuaire pédagogique (1970). FARS.

Une semaine à l'école de la république, un stage pluridisciplinaire, à Thionville en 1970, édité par le Centre d'expérimentation pédagogique Albert Debeyre et la FARE, SD, 78 p.

Premiers éléments de réflexion pour les équipes d'animation (1969). Fédération des animateurs de Républiques des Sports, Congrès de Saint-Raphaël 1969, document ronéotypé, 22 septembre.

Article de journal, « La République des Sports du lycée de Niort », daté du 16 décembre 1968.

Article de journal, « Au lycée de Colmar, 650 élèves font l'apprentissage de la démocratie », janvier 1969.

Article de journal, « Des élèves de sixième du lycée de Font-Romeu vivent sous le régime de la République des Sports », 12 décembre 1969.

Article de journal, « Débat autour de la République des Sports à Niort », 16 décembre 1968.

Lettre de Pierre Seurin du 30 janvier à Mme et Mr les enseignants d'EPS de l'Académie d'Aix-Marseille.

Centre Entraînement aux Méthodes d'Éducation Active, lettre du 5 février 1971, signée D. Bordat.

Groupe Français d'Éducation Nouvelle, lettre du 9 juin 1971, signée du Secrétaire général.

Fédération des Œuvres Éducatives et des Vacances de l'Éducation Nationale, lettre du 11 mai 1971, signée N. Paillou.

Lettre du 2 juillet 1971, signée G. Prevot.

Lettre du 10 juin 1971, signée R. Torraille.

Lettre du 23 mai 1972, signée D. Barnet.

Journaux, Magazines

À tous vents (1964). mensuel, 83, décembre.

France Soir, 1er novembre 1964, « Les enfants organisent eux-mêmes leurs Jeux olympiques ».

L'Alsace, 19 janvier 1969.

L'Alsace, 23 janvier 1969.

L'Équipe, 28 avril 1966. « Calais montre l'exemple au sport français ».

La Marseillaise, 25 juillet 1967.

La Voix des Sports, 8 avril 1968.

La Voix du Nord, 30 octobre 1964.

La Voix du Nord, 11 mars 1966.

La Voix du Nord, 12 mars 1966.

La Voix du Nord, 14 octobre 1966.

La Voix du Nord, 18 septembre 1966.

La Voix du Nord, 21 novembre 1964.

La Voix du Nord, 26 novembre 1964.

La Voix du Nord, 27 novembre 1964.

La Voix du Nord, 3 octobre 1965.

La Voix du Nord, 30 octobre 1964.

La Voix du Nord, 30 octobre 1964.

Le Républicain lorrain, 15 mars 1968.

Nice-Matin, 13 décembre 1968.

Nord-Littoral, 3 mars 1965.

Nord-Littoral, 28 mai 1965.

Nord-Littoral, juin 1965 (non daté).

Nord-Littoral, octobre 1965.

Nord-Littoral, novembre 1965 (non daté).

Nord-Littoral, 17 novembre 1965.

Nord-Littoral, 26 novembre 1965.

Nord-Littoral, 13 mai 1966.

Nord-Littoral, 16 mai 1966.

Nord-Littoral, 20 octobre 1966.

Nord-Littoral, mars 1967 (non daté).

Nord-Littoral, 10 mars 1967.

Nord-Littoral, 21 avril 1967.

Nord-Littoral, 2 juillet 1967.

Nord-Littoral, 17 novembre, 1967.

Nord-Littoral, 26 janvier 1968.

Conférences, colloques

Callède, J.-P., EPS et citoyenneté, Dire et/ou faire, conférence effectuée à l'Université de Franche-Comté, février 1997.

Callède, J.-P., « EPS et éducation à la citoyenneté », colloque organisé par l'Académie de Limoges, 7 décembre 1996.

Meirieu, P., conférence tenue à la Sorbonne à l'occasion de la biennale de l'Éducation en 1994.

Bibliographie et sources bibliographiques

Andrieu, G. (1990). L'éducation physique au XXe siècle : une histoire des pratiques. Joinville-le-Pont : Actio.

Arnaud, P. (1989). « Les rapports du sport et de l'éducation physique en France depuis la fin du XIXe siècle », In Arnaud P., Clément J.-P., Herr M. (éds), Éducation physique et sport en France (1920-1980). Clermont-Ferrand : AFRAPS.

Arnaud, P. (2000). « La notion de citoyenneté : une finalité retrouvée pour l'éducation physique », In T. Terret (éd.), L'Éducation physique sport et loisir 1970-2000. Clermont-Ferrand : AFRAPS.

Berthaud, G. (1972). Partisans, sport culture et répression. Paris : Maspéro.

Briand, J.-P., Chapoulie J.-M. et coll. (1987). L'enseignement primaire et ses extensions, 19e-20e siècles. Annuaire statistique. Paris : INEP.

Borrel, M. (1999). Sociologie d'une métamorphose : La FSGT entre société communiste et mouvement sportif (1964-1992). Thèse de sociologie des organisations sous la direction de P. Urfalino, IEP, Paris.

Brohm, J.-M. (1966). Sociologie politique du sport. In Partisans. 28.

Callède J.-P. (2000). Les politique sportives en France. Paris : Economica.

Clément, J.-P., Defrance, J. et C. Pociello (1994). Sport et pouvoirs au XXe siècle. Grenoble : PUG.

Des colloques de Vichy au stage de l'Amicale... (1966). Revue EPS 78.

- De Rette, J. (1959). « Le premier symposium d'Éducation Physique de Varsovie », Revue EPS 46.
- De Rette, J. (1960). « Le dossier technique de l'élève », Revue EPS 52.
- De Rette, J. (1962). « La gymnastique de grand père est morte », Revue EPS 61.
- De Rette, J. (1995). « APS et insertion sociale, la République des Quartiers, une solution possible aux problèmes de la jeunesse », Revue EPS 256.
- Defrance, J. (2000). « Les sports traditionnels après la fin de la tradition sportive », In T. Terret (éd.). Éducation Physique sport et loisir (1970-2000). AFRAPS.
- Ehrenberg, A. (1991). Le culte de la performance. Paris : Calmann-Lévy.
- Jacques de Rette raconte comment est née la République des sports (1969). Revue EPS 98.
- Gleyse, J. et C. Garcia (2004). « Idéologie de gauche et idéologie de droite en éducation physique (1870-1981) », in Loudcher J.-F., Vivier C., Dietschy P., Renaud J.-N. (éds), Sport et idéologie. Tome 2, Besançon : ACE SHS.
- Landry, G. (1988), « Jacques de Rette ou la République des sports », in G. Andrieu, L'éducation physique et le sport en France de 1958 à 1969. Journée d'étude, 30 janvier 1988, Centre de Recherche en STAPS, Paris X Nanterre, 12-17.
- « L'éducation physique au lycée de Corbeil-Essonnes » (1965). Revue EPS 75.
- Loudcher, J.-F. (2002). « Politiques et formes de pratique : le cas de la savate et de la boxe française (1970-1978) », In Sport and Politics, Colloque International Society for History of Physical Education and Sport, Budapest, juillet 1999, Plantin-Print, Budapest.
- Loudcher, J.-F. (2002). « La citoyenneté en EPS », in L. Robène (éd.), La préparation de l'écrit 1 au CAPEPS. Paris : Éd. Chiron.
- Loudcher, J.-F. (2004). « Jacques de Rette et la République des sports », in P.-A. Lebecq (éd.). Sport et fédérations affinitaires. Actes du colloque de Cergy-Pontoise, octobre 2002, Carrefour du Sport. Paris : L'Harmattan.
- Loudcher, J.-F. et C. Vivier (1996). « Sport et formation universitaire en éducation physique au Stalag de Stalack (1941-1945) », in P. Arnaud et T. Terret (éds), Sport, éducation et art, XIX-XXe siècles. Paris : Éd. du CTHS.
- Maffesoli, M. (1988). Le temps des tribus. Paris : Livre de poche.
- Marsenach, J. (1982), « Tradition ou innovation en E.P. ? Aujourd'hui », Revue EPS, 175-177.
- Martin, J.-L. (1999). La politique de l'éducation physique sous la Ve République. 1. L'élan gaullien (1958-1969). Paris : PUF
- Martin, J.-L. (2002). Histoire de l'éducation physique sous la Ve République. La conquête de l'Éducation nationale, 1969-1981. Paris : Vuibert.

- Mérand, R. (1998). « Les stages Maurice Baquet », in M. Baquet, *Éducation sportive, initiation, entraînement*. Paris : L'Harmattan, nouvelle édition enrichie.
- Mercier, P. (1999). « La République des sports de Calais », In *L'EPS face au sport : 15 acteurs témoignent*. Paris : Centre EPS et société, 12-24.
- Merle M. (1987). « Les institutions et la vie politique, de 1945 à nos jours », in G. Duby (éds). *Histoire de la France de 1852 à nos jours*. Paris : Larousse, 481-530.
- Moustard, R. (1983). *Le sport populaire*. Paris : Éd. Sociales.
- Pariat, M. (1979). *Le devenir d'un mouvement de rénovation pédagogique : « La fédération d'animateur des républiques éducatives »*, analyse d'une situation de crise et essai d'évaluation des actions de formation entreprise par ce mouvement, thèse de 3e Cycle, Paris V, soutenue sous la direction de Antoine Léon.
- Parlebas, P. (1967). « L'éducation physique en miettes », *Revue EPS* 85-88.
- Prévost, C.-M. (1992), « Les occasions manquées de l'EPS », in René B.-X. *L'E.P. au XXe siècle en France*. Paris : Dossier EPS 15.
- Prost, A. (1992). *Éducation, société et politique*. Paris : Le Seuil.
- Prost, A. (1996). *Douze leçons sur l'histoire*. Paris : Le Seuil.
- Rouyer, J. (2003-2004). « De l'utilité d'une coopération historien-acteurs », In *Bulletin de liaison de l'AFRAPS*, 27-28, 92-99.
- Sabatier, F. (2003), *Une histoire socioculturelle de la FSGT (1945-1972)*. La diffusion sociale de son projet « sportif » à l'épreuve de ses réseaux et de ses militants. Thèse d'histoire contemporaine, dirigé par J.-Y. Mollier, soutenue le 2 décembre 2003 à l'Université de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines.
- Travaillot, Y. (1998). *Sociologie des pratiques d'entretien du corps*. Paris : PUF.
- Travaillot, Y. et M. Tabory (2004), *Histoire de l'éducation physique, Genèse d'une discipline scolaire*. Éd. MYT2, ISBN 2-9517470-3-9.
- Ulmann, J. (1965). *De la gymnastique au sport moderne*. Paris : Vrin.
- Ulmann, J. (1966). « Sur quelques problèmes concernant l'EPS », *Revue EPS* 81.
- Vézières, G. (2004), *Du courant sportif au Syndicat National de l'Éducation Physique (SNEP) : les déterminants idéologiques de 50 ans de promotion du sport en Éducation physique (1845-1995)*. In Loudcher J.-F., Vivier C., Dietschy P., Renaud J.-N. (2004), *Sport et idéologie*. Colloque du CESH, Besançon 2002, Besançon : BURS, 149-164.
- Yonnet, P. (1985). *Jeux modes et masse, 1945-1985*. Paris : Gallimard.